

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com representantes das centrais sindicais

Palácio do Planalto, 02 de abril de 2008

Companheiros ministros,

Deputados aqui presentes,

Companheiros dirigentes sindicais,

Eu vou ser muito breve. Há algumas coisas que nós fazemos, quando temos oportunidade de fazer, que cheira muito à questão de princípio, a coisa que você acreditou a vida inteira.

Quando chegou o resultado da votação no Congresso Nacional, eu não tinha dúvida da necessidade de vetar a fiscalização do Tribunal de Contas no Movimento Sindical. Primeiro, porque eu nasci no Movimento Sindical, desde 1969, defendendo a liberdade e a autonomia sindical. Segundo, porque sofri duas intervenções no sindicato, enquanto presidente, e vivi, mais os companheiros, sofrendo outras intervenções no sindicato.

Eu lembro que quando sofri a intervenção de 1980, o então ministro Murilo Macedo começou a visitar todos os bancos em que o Sindicato de São Bernardo tinha conta para ver se pegava alguma coisa errada no sindicato. Terminou, de toda a fiscalização, ele utilizou a administração do Sindicato de São Bernardo, tão bem feita, corretamente, pelo (inaudível) como exemplo de administração, que passou a fazer parte dos cursos feitos pelo Ministério do Trabalho.

Da mesma forma eu pensei, quando vetei a emenda nº 3. Obviamente que eu tenho consciência de que um artista importante pode ser contratado de forma diferente de um catador de laranja, mas do jeito que ela foi aprovada, nós íamos ter mais catador de laranja ou cortador de cana, ou qualquer outro

1



trabalhador eventual, subordinado à emenda nº 3, do que as pessoas que eram o objetivo da emenda. Porque também, de vez em quando, o projeto chega lá, as pessoas aproveitam e tentam colocar uma emendazinha aqui, outra emendazinha ali e, de vez em quando, saem algumas coisas que a gente não pode aceitar.

Acho que o fato de nós estarmos aqui comemorando o reconhecimento das centrais demonstra as aberrações jurídicas deste País, e políticas. Ou seja, independentemente de legislação, as centrais sindicais já existiam há mais de 20 anos, faziam greve, negociavam com governadores, negociavam com o presidente da República, negociavam com a Suprema Corte. Como é possível você negociar com alguém que está na ilegalidade?

Então, é muito mais prático, e muito mais decente, você legalizá-los, dar cidadania jurídica, sem nenhum problema. E o Congresso compreendeu isso. Compreendeu isso, companheiros dirigentes sindicais, porque foi construída uma correlação de força favorável. E a cada coisa que a gente tiver, importante, para votar no Congresso Nacional, é preciso que os companheiros deputados mais vinculados aos movimentos que estão fazendo a reivindicação saibam que é preciso construir a maioria, é preciso a gente estar sempre medindo qual a correlação de força que nós temos para votar tal e qual projeto de lei. Porque, muitas vezes, nós vamos encontrar companheiros deputados e senadores que votaram o reconhecimento das centrais, mas que terão muito mais dificuldade de votar as Convenções da OIT.

Então, é preciso construir, a cada momento. E vocês não podem descansar, têm que ter um trabalho contínuo de visitar as lideranças dos partidos, de tirar a dúvida dos companheiros, porque é assim que a gente vai avançando, é assim que nós vamos construindo aquilo que nós colocamos na nossa pauta de reivindicação durante tantas e tantas décadas e que, agora, é possível a gente estar materializando esse sonho que muitos de nós lutamos juntos, e outros que lutaram e não estão vivendo o dia de hoje.



Eu também tenho consciência de que tem muita coisa para ser feita. Eu tenho, desde o tempo em que estava no Instituto Cidadania, a intenção de estabelecer a contratação coletiva de trabalho no setor público. Nós não podemos fazer do setor público uma anarquia negocial.

Eu, até, no dia 24, vou querer a reunião com as centrais sindicais para dar continuidade ao debate que o companheiro Mangabeira começou a fazer com vocês. E uma das coisas que eu quero discutir com vocês é um pouco, também, como a gente vai entrar nesse mundo para resolver o problema das negociações no setor público, que não é apenas uma questão do governo federal, envolve prefeituras, envolve governo dos estados. Então, eu acho que é preciso a gente entender o que acontece, para que a gente possa, quem sabe, oferecer para a sociedade uma solução.

Todos vocês têm idade para um dia ser presidente da República. E vocês vão perceber a diferença da nossa experiência sindical no mundo da fábrica, no mundo do comércio, ou no mundo dos bancos, com a negociação no setor público. Eu, por exemplo, acho que nós precisamos regulamentar o direito de greve neste País. Não é possível, qualquer trabalhador urbano faz uma greve, ele precisa saber que ele vai ganhar apenas os dias em que ele trabalhou. Mas é a lógica. Se o meu salário é a contrapartida do meu trabalho, se eu não trabalhar, eu não mereço receber. É uma lógica.

Agora, no setor público, tem gente que faz greve dois meses, três meses, é uma coisa... E não é por maldade, não. As pessoas, às vezes, acham que têm razão. Então, nós precisamos encontrar um meio termo para resolver esse problema. Porque não adianta em uma greve de uma categoria do setor público alguém falar: "Bom, a greve é legal". E acho que toda greve deve ser legal, o cidadão tem direito a continuar merecendo o seu plano de carreira, as oportunidades. Agora, eu aprendi que eu só posso ganhar se não trabalhar, se eu estiver de férias ou se eu estiver doente. Se eu não for trabalhar por outra razão, eu não recebo o meu dia. E nós não temos coragem de enfrentar esse



debate. Eu acho que ele tem que ser enfrentado a bem do servidor público, a bem do Estado e a bem do movimento sindical. Porque hora você tem um governo que tem mais solidariedade, tem mais compreensão, hora você tem governo que começa a dizer que é preciso diminuir o papel do Estado, é preciso terceirizar muita coisa, é preciso... É isso que vai criando esse imbróglio do Estado ter uma grande parte de pessoas terceirizadas ganhando pouco, não tendo segurança, às vezes, dirigindo para personalidades importantes, sem nenhuma segurança.

Então, eu acho, companheiros, que esse é um debate que nós temos que fazer. Nós não temos que ter medo de fazer esse debate, porque eu acho que o resultado dele é benéfico para o Movimento Sindical e para a sociedade. Muitas vezes, os temas que são mais delicados, nós tentamos fugir à sua discussão. Muitas vezes acontece isso no mundo político, no mundo sindical ou no mundo acadêmico. Mas é uma bobagem, porque a gente só está só retardando uma solução para o problema. Então, eu penso que nós precisamos de alguns temas importantes. Poderíamos listar, vocês poderiam listar alguns temas, nós poderíamos listar alguns temas e começar a fazer uma seqüência de conversas para ver o que falta a gente aprimorar.

O que pode querer um presidente da República quando deixar a Presidência da República? É que a relação entre o Estado e a sociedade esteja quase que perfeita do ponto de vista da relação democrática. Eu fico imaginando, se nós não tomássemos o cuidado de vetar a fiscalização, eu já fico sabendo em cima de quem e em que momento iria a fiscalização.

Eu lembro, Paulinho, que uma vez você divergiu de alguém na política. Eu lembro que você foi vítima de muitas acusações. Agora, imagina se a cada vez que chegar uma eleição, a cada vez que chegar uma campanha eleitoral no sindicato, alguém toma a decisão de fiscalizar, quando nós estaremos tirando do trabalhador o direito de propor em assembléias mecanismos de fiscalização. Não tem porquê não acreditar que o trabalhador seja capaz de



fazer a fiscalização. Por isso é que eu vetei. E acho que esse mérito é dos deputados que votaram, dos senadores, dos ministros, mas eu acho que o mérito da persistência é de vocês. A perseverança é uma arma muita importante a ser utilizada pelo ser humano. Quanto mais a gente persevera, mais a gente conquista.

De forma que parabéns aos companheiros deputados que votaram, parabéns aos sindicalistas que conquistaram e parabéns ao governo que contribuiu para que a gente pudesse ter o dia de hoje.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)